

Entre os dias 11 e 14 de novembro de 2015, a cidade de São Paulo recebeu a “XX Cúpula de Mercociudades”. Durante o dia 14 de novembro, foi realizada a **Reunião da Cúpula de Prefeitos e Prefeitas – Assembleia Geral de Mercociudades**, com a presença de Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo; Mónica Fein, Prefeita de Rosário; Pablo Eusebio Albites Vicente, Prefeito do Distrito de Ocucaje; Jose Manuel Corral, Prefeito de Santa Fe; Gonzalo Navarrete, Prefeito de Lo Prado; Daniel Martínez, Prefeito de Montevideú; Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; Carlos Magno de Moura Soares, Prefeito de Contagem; entre diversos outros participantes.

No início da reunião, foi lida a proposta de declaração da rede sobre os atentados terrorista de Paris abaixo e, após aprovação da proposta pela Assembleia, foi realizado um minuto de silêncio.

“A Cúpula de Mercociudades, reunida em São Paulo no dia 14 de novembro de 2015, declara sua mais absoluta condenação aos atentados terroristas perpetrados na nossa cidade irmã, Paris, que deixou um grande número de vítimas inocentes. Nossa imagem da capital francesa está ligada à liberdade, à igualdade e à fraternidade, valores universais que compartilhamos. Não nos resignamos a que mediante covardes ataques se pretendem incorporar o medo e o terror como parte da vida de nossos cidadãos. Concebemos nossas cidades como espaço para a vida, trabalhamos para que ela seja um âmbito para o desenvolvimento humano, o gozo e o desfrute dos habitantes. O compromisso com a paz, o respeito e a tolerância é parte indissolúvel da ação das cidades e, como tal, devemos expressar nosso total repúdio a essas ações. Estendemos nossas condolências ao governo da cidade de Paris, a seus cidadãos e, muito especialmente, aos familiares das vítimas dos atentados.”

No decorrer da reunião, houve diversas intervenções das autoridades presentes. O Prefeito de Belo Horizonte e Presidente da FNP, Marcio Lacerda, mencionou que Mercociudades tem a tarefa histórica de se unir e ter posições convergentes na COP 21, no Hábitat III e trabalhar em conjunto para que os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU para 2030 sejam uma agenda de trabalho cooperativa, dada a integração cada vez maior entre os países. Declarou que, na elaboração do documento da rede foi proposta a menção da tragédia ocorrida na cidade de Mariana (MG), cuja atividade de mineração precisa buscar formas para que as cidades sejam resilientes no presente e no futuro.



Em vídeo enviado, o Prefeito José Fortunati de Porto Alegre enfatizou que cada vez mais as cidades são protagonistas no presente e no futuro da humanidade, por isso, o fortalecimento da rede Mercociudades significa apostar numa sociedade mais igualitária, solidária e, principalmente, numa sociedade que cada vez mais olhe para a população com o olhar do gestor público.

Ricardo Berzoini, Ministro Chefe da Secretaria de Governo do Brasil, através de vídeo enviado, informou que o debate sobre a gestão das cidades permite a troca de experiências e o fortalecimento do papel das cidades, das políticas públicas de inclusão social e da democracia, sendo necessário que o planeta encontre um caminho para que o desenvolvimento econômico e o fortalecimento social dos países ocorram em harmonia com o meio ambiente, com a finalidade de se ter um futuro seguro para as próximas gerações.

O Diretor de Assuntos Econômicos da Unasul, Pedro Barros, informou que a Unasul tem buscado incorporar a agenda das cidades. De acordo com Barros, na última Cúpula Presidencial Sul-Americana, os doze presidentes definiram uma diretriz de convergência entre as instituições de integração regional, a fim de se evitar a duplicação de esforços e definir uma aproximação de agendas.

Antonio Prado, Secretário Executivo Adjunto da CEPAL, defendeu que é fundamental um esforço de se buscar a integração de formulações, experiências e políticas das cidades da região a fim de se buscar atender aos objetivos que a humanidade estabeleceu na última Assembleia das Nações Unidas, que, para serem concretizados, dependerão do trabalho feito nas cidades.

A Assessora Especial de Acesso ao Direito e Equidade da OEA, Ideli Salvatti, em nome do Secretário Geral da OEA, Luis Almagro, mencionou que este se elegeu com o lema “mais direitos para mais pessoas” e que ter um trabalho integrado entre os prefeitos é importante neste momento, pois é preciso cumprir o lema dando mais direitos a mais pessoas, com cidades inclusivas e que respeitem as diferenças. Assim, a OEA reassume o compromisso com Mercociudades, com o objetivo de integração com organismos multilaterais, para que se possa desenvolver um trabalho conjunto. Por isso, tão importante quanto trabalhar com os países, é trabalhar com as cidades e os prefeitos.

Elkin Velásquez, Diretor de ROLAC - ONU Hábitat, defendeu que é um momento



de reflexão sobre o papel das cidades, dos prefeitos, para seguir o que Mercociudades está fazendo e ensinando a todos: a construção da unidade na diversidade, ou seja, construir cidades que enfrentam a intolerância. Colocou a ONU Hábitat à disposição como companheiro de trabalho, para que Mercociudades siga avançando nos temas de aperfeiçoamento fiscal, oferta social e políticas públicas sociais, a fim de que sigam avançando na aplicação dos instrumentos de gestão do uso do solo. Enfatizou que é necessário se pensar em como integrar melhor os recursos existentes a nível nacional, subnacional, local e como trabalhar melhor com os bancos e o setor privado, buscando formas de estabelecer um mecanismo regional de financiamento.

Rita Maestre, Secretária-geral da União de Cidades Capitais Ibero-americanas (UCCI), e porta-voz da prefeitura de Madrid, enfatizou a vontade da UCCI em trabalhar junto com Mercociudades. Informou que será ratificado o acordo de cooperação entre Mercociudades e UCCI. Mencionou estar convencida que, na busca de sinergias entre as redes e o municipalismo, pode-se colocar as cidades como atores protagonistas na agenda global, buscar soluções concretas aos problemas das pessoas e fazer as cidades mais inclusivas, justas, iguais e pacíficas.

O Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República do Brasil, Olavo Noleto, defendeu que as mudanças que a Prefeitura de São Paulo têm feito como agenda estratégica para a cidade de São Paulo são um exemplo para o debate de qual caminho queremos construir para a vida nas cidades. Ressaltou que São Paulo, ao assumir a rede Mercociudades, também, na prática, assume a liderança do comitê de municípios do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR).

Já José Police Neto, Vereador de São Paulo, representando a Câmara Municipal, defendeu a necessidade de um ponto único na relação entre parlamento e executivo. Argumentou que, se os municípios dirigirão os países, a partir da concentração de pessoas, está nas mãos dos prefeitos uma nova pauta. E deve-se conseguir isso através do debate equilibrado com o Parlamento, para transformar a pauta internacional, que geralmente esquece onde, de fato, todas as políticas acontecem: no solo urbano, onde a maior concentração de pessoas está.

Mônica Fein, Prefeita de Rosário e Secretária Executiva de Mercociudades no período 2014 - 2015, apresentou os temas discutidos durante a Cúpula de São

Paulo, que se tem construído junto com a Secretaria Técnica Permanente (STPM) e com a futura Presidência São Paulo, a seguir:

▪ **Apresentação do Informe do período de Mercociudades 2014 -2015:**

Mónica Fein, Secretária Executiva 2014 – 2015 e Prefeita de Rosário, apresentou o Informe Mercociudades, feito em conjunto com a STPM, com o objetivo de colocar de forma sintetizada o intenso ano de trabalho e a vitalidade das ações, das agendas e o posicionamento alcançado frente a outros atores no cenário internacional.

Desde a Cúpula de Rosário, foi acordado que cada ação e projeto de Mercociudades teria que contribuir para a ampliação de direitos dos cidadãos, pois a validação social de Mercosul só será possível quando os cidadãos perceberem um modo efetivo de integração.

Junto com outras cidades da rede, São Paulo e Rosário participaram do encontro com o Papa Francisco, em que cinco prefeitos da rede estiveram presentes entre os cinquenta prefeitos convocados, em debates fundamentais: enfrentamento às mudanças climáticas e às formas modernas de escravidão (precarização do trabalho, tráfico de pessoas e de órgãos, narcotráfico, migrações massivas e forçadas.)

Foi destacada a importância da presença de várias cidades na adoção dos ODS 2015–2030 e da presença de Mercociudades na COP 21, para dizer que as cidades seguem trabalhando pela integração social, igualdade, oportunidade, pela paz e também para fazer algo realmente efetivo frente a mudança climática, modificando os padrões dominantes de produção e consumo, com ações de mitigação e adaptação, que as cidades estão desenvolvendo.

Foi mencionada a relevância do Hábital III, em que se discutirá a agenda urbana mundial, e também os Colóquios MSUR, que foram coordenados por São Paulo, junto com instituições como a CEPAL, a Unasul e o Mercosul, e que permitirão adotar reflexões mais profundas sobre a agenda urbana, com um olhar metropolitano, em temas como ecossistemas urbanos e sustentabilidade, desenvolvimento urbano e desigualdade sócio espacial, economia urbana e governo, cidadania, educação e cultura.



Mónica Fein ressaltou a participação da Comissão Diretiva da rede no GATP, dentro do qual Mercociudades trabalha junto com outras redes da América Latina, especialmente no tema cidades e governos locais unidos (CGLU).

A prefeita de Rosário destacou também a mudança da imagem de Mercociudades, com um novo logo que simboliza a riqueza, a diversidade, a participação e a integração.

Por fim, Mónica Fein ressaltou a relevância do trabalho feito pelas unidades temáticas, comissões e grupos de trabalho, que vêm dotados de conteúdo técnico para a agenda de trabalho da rede, baseada nos temas: cidadania regional, integração produtiva, sustentabilidade, inclusão social e integração fronteiriça.

▪ **Quadro de 500 palavras oferecido pela relatoria regional da CEPAL para o Hábitat III:**

Ficou decidido que a Comissão Diretiva será a instância que providenciará essas 500 palavras para a CEPAL.

▪ **Estado de situação da designação do comitê político de posicionamento temático do Grupo Aberto de Trabalho Permanente (GATP):**

O GATP foi criado na cidade de Porto Alegre, quando estavam presentes vários prefeitos da rede. Iniciou-se um trabalho de articulação com todas as entidades na região da América Latina que sentiam incapacidade de articulação internacional dos municípios da região. Os objetivos alcançados foram: a integração de mais de oito organismos que representam diferentes grupos de municípios de toda a América Latina e início de articulação com a FLACMA, verificando as possibilidades de se entrar em um consenso. Em São Paulo, foi determinada a construção de um documento pelo GATP e pela FLACMA, que será levado a Paris para tratar de dois grandes temas:

- A unidade da América Latina e os conceitos políticos vinculados a isso.
- Os consensos que existem em toda a região da América Latina sobre os temas que serão tratados na COP 21.



A ideia é que haja um encontro político entre todos os representantes eleitos da região que estejam presentes em Paris, para que possam construir um consenso em relação a alguns pontos. O objetivo é que se tenha, em junho de 2016, um mínimo de institucionalidade de todas as organizações da América Latina, para o Hábital III e o Congresso Mundial da CGLU.

▪ **Reforma do Estatuto:**

O novo estatuto e organograma se encontram em anexo (anexos I e II).

Com a reforma do estatuto, a proposta aprovada foi instituir uma nova governança, dividida em:

- **Cúpula de Chefes de Governo**, que substitui a Assembleia Geral. A ideia é dar uma centralidade aos prefeitos na condução da rede, pois quando as redes de municípios têm déficit de presença dos seus governantes, essas entidades perdem potência política e ação. Por isso, a proposta é que haja uma nova direção pelos prefeitos para definir as grandes diretrizes de Mercociudades, com uma reunião anual.
- **Conselho**, o qual congrega quarenta cidades, responsável por realizar as operações, com base nas diretrizes definidas pela Cúpula de Chefes de Governo.
- **Diretoria Executiva**, a qual substitui a Secretaria Executiva. O entendimento é que a complexidade de desafios das agendas requer um Colegiado Executivo, composto pelos seguintes integrantes:

- ✚ **Presidente** = Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo.
- ✚ **Vice-Presidente para Relações Institucionais** = Jairo Jorge, Prefeito de Canoas.
- ✚ **Vice-Presidente para Economia Urbana** = Daniel Martínez, Prefeito de Montevideú.
- ✚ **Vice-Presidente para Desenvolvimento Social** = Gonzalo Navarrete, Prefeito de Lo Prado.
- ✚ **Vice-Presidente para Integração Fronteiriça** = José Fortunati, Prefeito de Porto Alegre.
- ✚ **Vice-Presidente para Desenvolvimento Urbano Sustentável e Mudanças Climáticas** = Mónica Fein, Prefeita de Rosário.
- ✚ **Secretário-Executivo** = Vicente Trevas, Secretário de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo.
- ✚ **Comissão Diretiva** = Rosário, São Paulo e Santa Fé.

O Secretário-Executivo auxiliará nos trabalhos da Diretoria Executiva e será designado pelo Presidente, pois será seu braço direito.

Essas três instâncias que conduzirão a rede, a Cúpula de Chefes de Governo, o Conselho e a Diretoria Executiva, serão assessoradas pela **Secretaria Técnica Permanente de Mercociudades (STPM)**, pelas **Unidades Temáticas (UT's)**, **Comissões ou Grupos de Trabalho**.

Vicente Trevas, Secretário de Relações Internacionais e Federativas de São Paulo, informou que na reunião do Conselho, por sugestão do Prefeito de Santa Fé, José Corral, a ideia é constituir uma comissão de cidades para fazer o detalhamento técnico legislativo adequado para as resoluções e documentos produzidos.

Nesse sentido, Mónica Fein informa que se delega uma comissão de cidades integradas pelos membros do Conselho para a redação do texto e para acrescentar aspectos de terminologias que podem ficar pendentes.

A Reforma do Estatuto e a nova governança da rede foram aprovadas.

▪ **Instituto de Turismo de Mercociudades:**

O projeto Instituto de Turismo Mercociudades é, em matéria qualitativa, um dos mais interessantes que está em curso na rede e implica a articulação de gestores locais em turismo, com a ideia de potencializar produtos turísticos vinculados às identidades das cidades do Mercosul. O projeto teve uma aprovação mais geral na reunião do Conselho e terá uma continuidade de trabalho para redação de elementos à medida que o projeto se implemente, na próxima reunião do Conselho de Mercociudades, em março/2016.

▪ **Programa de Cooperação Sul-Sul:**

A rede começou a trabalhar no programa de Cooperação Sul-Sul e solicitou à Assembleia a autorização para seguir com esses trabalhos. Em março, foi dada a missão de se criar um documento propositivo e, através de diálogos, chegar a um documento final, em março de 2016, na reunião na cidade de Montevidéu, para saber se a rede tem condições de lançar o programa Sul-Sul.



Houve intervenção do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Relações Internacionais do Brasil (FONARI), o qual ressaltou que se coloca à disposição para pensar e discutir o financiamento dos bancos do sul para trabalhar na cooperação de cidades.

Já o vereador Police Neto informou que a rede de cidades trabalhará para realização de uma primeira reunião em que os Parlamentos locais tenham a oportunidade de diálogo, envolvendo-os na gestão democrática de cidades. Segundo Neto, não se consegue vencer todos os desafios apenas reunindo chefes do executivo.

Outro tema tratado foi o programa da ONU que cuida da parte de redução de riscos e desastres, a agência UNISDR, cujo enfoque é a prevenção, ou seja, evitar que desastres aconteçam, como o acontecido em Mariana (MG). E quando desastres ocorrem, a UNISDR busca que o impacto seja o menor possível. Essa agência da ONU tem uma parceria com Mercociudades há dois anos, que está sendo renovada agora, incorporando o apoio da rede humanitária da Unasul, com o objetivo de fortalecer o enfoque da campanha global *As Cidades Resilientes*, uma campanha em que os prefeitos assumem a ideia de construir a resiliência dentro das cidades. A ideia é fortalecer o intercâmbio de experiências através da rede Mercociudades. As cidades de Santa Fé, Campinas, São Paulo e Belo Horizonte são cidades modelos de resiliência.

Mais uma intervenção foi a da Associação de Universidades do Grupo de Montevideu (AUGM), a qual defendeu que as 31 universidades públicas que fazem parte da AUGM se sentem identificadas na construção conjunta com parceiros da rede Mercociudades. Em Porto Alegre, no próximo mês de abril, Mercociudades, AUGM, Porto Alegre e UFRGS se comprometem a cooperar fortemente em fomentar um trabalho conjunto e cooperativo das cidades e universidades, na criação e transferência de inovações tecnológicas sociais entre as cidades e as universidades.

- **Coordenações e Subcoordenações de Unidades Temáticas:**

O documento se encontra em anexo (anexo III).

▪ **Candidatura para exercer a Secretaria Executiva período 2015 -2016:**

A cidade de Santa Fé se candidatou para exercer a Secretaria Executiva no período de 2016/2017. Desde 2001, está em Mercociudades e, há sete anos, está trabalhando na rede de uma maneira mais intensa (coordenaram as UT's de Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Educação e a Comissão de Fomento dos Negócios). O lema de Santa Fé 2016/2017 se resume na frase: *A Construção de Sociedades Resilientes no Marco da Integração Regional*.

A cidade está na confluência dos rios Paraná e Salado e, pela sua localização geográfica, teve diferentes inundações pelas crescentes dos rios ou por chuvas.

Esse tipo de desafio, a que todas as cidades estão submetidas, se sobrepõe com outros problemas crônicos das cidades, como a falta de oportunidades, a pobreza, a violência, os problemas de mobilidade, a falta de infraestrutura. A solução a isso é um olhar holístico que integre todas essas dimensões e é isso que Santa Fé quer compartilhar com as cidades irmãs.

▪ **Postulações para integrar o Conselho de Mercociudades:**

A nova composição do Conselho será:

Argentina	Buenos Aires, Córdoba, Esteban Echeverría, Tandil, Zárate y Avellaneda.
Brasil	Belo Horizonte, Brasília, Canoas, Contagem, Jaboatão dos Guararapes, Osasco, Porto Alegre y Santo André.
Paraguay	Asunción <u>(a ratificar)</u> .
Uruguay	Canelones, Colonia, Lavalleja, Maldonado, Montevideo, Paysandú, San José y Tacuarembó.
Bolivia	La Paz <u>(a ratificar)</u> .
Colombia	Medellín <u>(a ratificar)</u> .
Chile	Coquimbo, Lo Prado, Peñalolén y Valparaíso.
Perú	Jesús María <u>(a ratificar)</u> y Parcona
Venezuela	Barquisimeto, Gaspar Marcano, Punto Fijo y Valencia <u>(todas a ratificar)</u> .

▪ **Solicitação de ingresso à rede:**

As solicitações implicam uma série de formalidades que estão estabelecidas no regulamento de Mercociudades. As cidades que cumpriram com os requisitos de solicitações de ingresso à rede estão descritas a seguir:

Loncopue (Argentina), Venado Tuerto (Argentina), Campo Mourão (Brasil), Talcahuano (Chile), San Carlos (Uruguai), Municipalidad Distrital de Túpac Amaru Inca (Peru), Municipalidad Distrital de Ocucaje (Peru), Municipalidad Distrital de Los Aquijes (Peru), Municipalidad Distrital de Pueblo Nuevo (Peru), Municipalidad Distrital de Santiago (Peru), Municipalidad Distrital de Nuevo Chimbote (Peru), Municipalidad Distrital de Nicasio (Peru), Municipalidad Distrital de Santa Lucia (Peru), Municipalidad Distrital de Ocuvirí (Peru) e Municipalidad Distrital de Calapuja (Peru).

▪ **Presidência da Rede a cargo de Fernando Haddad:**

O Prefeito de São Paulo Fernando Haddad mencionou que São Paulo assume os trabalhos de coordenação nessa nova conjuntura, caracterizada por uma divisão de responsabilidades de maneira mais eficaz e ressaltou que Mercociudades é um exemplo de promoção da interação entre as cidades.

Enfatizou que a ONU tem se dedicado cada vez mais sobre o tema de cidades, por exemplo, os objetivos recém-lançados dialogam com a temática urbana de uma maneira muito intensa no debate internacional. Nesse sentido, alguns prefeitos de Mercociudades tiveram a oportunidade, por convite do Vaticano, de estar com o Papa Francisco debruçado sobre a encíclica *Laudato Si*, a qual dialoga com os temas urbanos de maneira íntima, com a ideia de reaproximar temas que estavam sendo tratados de maneira compartimentada, como o tema social e ambiental. Um dos objetivos é reassociar temáticas que estavam sendo tratadas de forma separada.

Além disso, percebe-se uma movimentação acadêmica bastante intensa. É possível anunciar que há uma nova ciência sendo abordada pelas universidades e institutos de ciências, que é a ciência da cidade, a qual não se pode confundir com urbanismo, com arquitetura e com as temáticas setoriais de mobilidade, habitação, saneamento básico, mas procura promover a cidade como um todo orgânico. A

tecnologia vem mudando satisfatoriamente e nem sempre vem sendo utilizada a favor da vida urbana. A tecnologia vem avançando e, hoje, para qualquer que seja o tema há novas tecnologias disponíveis. A todo o momento surgem tecnologias novas que levam tempo para chegar ao conhecimento de todos os prefeitos. A rede tem que pensar numa forma de mudar isso e usar a tecnologia a favor das cidades.

E o último tema a ser abordado foi que os governos regionais muitas vezes não têm a sensibilidade de perceber a intensidade dos problemas urbanos. Já os governos nacionais nem sempre se pautam pela agenda urbana onde mora mais de 50% da população mundial e, no caso da América Latina, mais de 80%, ou seja, o processo de urbanização da América Latina teve um impulso extraordinário e, ao mesmo tempo, há organismos multilaterais que também nem sempre estão disponíveis para a temática urbana. Então, há uma dimensão de governança inter federativa, de governança global que também precisa estar na ordem do dia, pois os cidadãos precisam estar cada vez mais conscientes de que os problemas urbanos só vão se resolver se houver alinhamento estratégico das várias agências envolvidas.

Dessa maneira, os problemas têm que ser enfrentados localmente, porém nenhum dos problemas que enfrentamos localmente são locais, todos têm implicação regional, nacional ou global, como é o caso das ilhas de calor, da poluição, das questões sociais, da desigualdade, a intolerância, que têm marcado a vida nas cidades. É preciso que a pauta urbana do combate à desigualdade e à intolerância seja uma pauta cada vez mais articulada no plano regional, nacional e global. Os debates que foram travados ao longo desses dias se expressam no novo estatuto e nas novas possibilidades que se abrem de se discutir todos esses temas de maneira organizada, mas com o objetivo de produzir resultados concretos para as cidades.

Fernando Haddad frisou que procurará uma agenda inovadora para toda a região e acredita que é preciso fortalecer Mercosul, Unasul, do ponto de vista de busca de soluções. Enfatizou que o trabalho desenvolvido no âmbito local tem tido uma repercussão internacional cada vez maior. Assim, é preciso aproveitar essa oportunidade para fazer as cidades brilharem e aumentar a visibilidade.

- **Renovação programática e ratificações de convênios:**

Houve a reafirmação de cooperação entre a rede Mercociudades e a rede da UCCI, através da assinatura da Secretária-geral da UCCI, do Presidente e da Vice-presidente de Mercociudades.

Também houve a assinatura do addendum da rede Mercociudades e a oficina das Nações Unidas para a redução de risco de desastres (UNISDR).

- **Declaração de São Paulo com o novo Secretário Executivo:**

O documento se encontra em anexo (anexo IV).



MERCOCIUDADES

ESTATUTO DE MERCOCIUDADES

PREAMBULO

Los Gobiernos Locales reunidos en Asamblea General de MERCOCIUDADES en la ciudad de São Paulo – Brasil, en el 14 de noviembre de 2015, por sus jefes democráticamente electos (as) o por sus representantes legales designados (as) para este fin,

CONSIDERANDO las razones que justificaran la iniciativa de la aprobación del Estatuto hasta entonces vigente, aprobado en la II Reunión de Alcaldes del MERCOSUR, celebrada en la ciudad de Porto Alegre – Brasil, en los días 05 y 06 de septiembre 1996, los cuales se destacaron:

- a) los fines consagrados en el Acta de Fundación de MERCOCIUDADES en la reunión realizada en la ciudad de Asunción – Paraguay, el 10 y 11 de noviembre de 1995;
- b) que las ciudades constituyen espacios de interacción humana de importancia creciente y sus organizaciones administrativas representan entidades activas de participación política que no pueden estar ajenas a la globalización de las relaciones internacionales;
- c) que la participación municipal ocupa un papel esencial en los procesos de integración regional;

CONSIDERANDO el nuevo contexto de las relaciones internacionales y de la integración regional, donde se destacan el MERCOSUR y la UNASUR;

Resuelven aprobar el siguiente:

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I

De la Denominación

Art.1° – Bajo la denominación de MERCOCIUDADES se reconoce a una entidad sin fines de lucro que se registrará por el presente Estatuto Social y demás Resoluciones emanadas de sus órganos.

De los Fines

Art.2° – MERCOCIUDADES se constituye por un conjunto de gobiernos locales de América del Sur para cumplir con los siguientes fines y objetivos:

1. Favorecer la integración regional y la participación de las ciudades en la estructura orgánica e institucional del MERCOSUR y de la UNASUR;
2. Perseguir la codecisión en sus áreas de competencia para el MERCOSUR y la UNASUR;
3. Incidir en las agendas internacionales y en los organismos multilaterales;
4. Impulsar la creación de alianzas entre las ciudades a través de sus instancias, promoviendo el diálogo, desarrollando acciones, programas y proyectos de interés común intermunicipal en la construcción de una agenda estratégica del proceso de integración;
5. Promover el diálogo y la cooperación entre las redes de ciudades suramericanas;
6. Adoptar compromisos referentes a la Agenda 2030 de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sostenible;
7. Adoptar una agenda autónoma concreta basada en indicadores y metas propias para las ciudades de los países del MERCOSUR y de la UNASUR;



MERCOCIUDADES

8. Crear mecanismos de cooperación entre las ciudades suramericanas a fin de facilitar el intercambio de experiencias e informaciones y facilitar el acceso de los ciudadanos y ciudadanas a los centros municipales de investigación, desarrollo tecnológico y cultural;
9. Establecer e impulsar convenios y servicios recíprocos entre los diversos miembros y redes que se fueran creando, aprobados por el voto de mayoría simple de las ciudades miembro del Consejo de la Red;
10. Potenciar los recursos humanos y las experiencias administrativas para gestiones locales;
11. Coordinar la planificación y la promoción de acciones vinculadas al desarrollo urbano de las ciudades;
12. Coordinar proyectos y desarrollar programas integrados, con el objetivo de facilitar la realización de servicios y calificar la infraestructura urbana;
13. Propugnar la cooperación entre gobiernos locales en el campo de las ciencias y la tecnología;
14. Desarrollar y potenciar actividades comunes e integradas vinculadas a la cultura, recreación, deporte y turismo;
15. Desarrollar y planificar el turismo regional;
16. Realizar estudios y colaborar en la elaboración de planes y estrategias en el área urbana y ambiental, con el objetivo de armonizar y coordinar las acciones en esta área;
17. Colaborar en la planificación de las políticas y planes de desarrollo de las ciudades, tomando en cuenta la necesidad de mejorar la calidad de vida de los ciudadanos y ciudadanas;
18. Impulsar la adopción de políticas adecuadas para prevenir la violencia en las ciudades, luchando por una seguridad democrática, incentivando el respeto a la diversidad y la lucha contra todo tipo de discriminación, xenofobia y racismo;
19. Impulsar la formulación, adopción y evaluación de políticas públicas comunes en las ciudades-miembro de la Red;
20. Impulsar la creación de Unidades Temáticas entre gobiernos locales, con representación integrada, para la planificación y el desarrollo de proyectos comunes y regionales;
21. Propugnar y concientizar sobre la participación ciudadana y la inclusión social, que conduce al ejercicio activo de los derechos en el ámbito político, económico, social y cultural, así como luchar por la concreción de la ciudadanía regional;
22. Identificar las causas de acentuación de las desigualdades sociales, a fin de proponer y apoyar soluciones posibles de ejecutarse por los gobiernos locales;
23. Difundir una cultura democrática y democratizadora en los niveles local, regional y nacional, estableciendo una relación más estrecha de cooperación para, a través de los gobiernos locales, definir políticas sociales adecuadas;
24. Estudiar e impulsar, a través de los diversos gobiernos locales, la implantación de políticas coordinadas destinadas a que el sector de escasos recursos acceda a todos los servicios públicos y no sean marginados del desarrollo social y ciudadano;
25. Promover y fortalecer la integración de MERCOCIUDADES con otras instituciones internacionales;
26. Promover y apoyar el acceso a financiamientos internacionales de gobiernos locales a nivel regional y global.

Párrafo único: La entidad podrá igualmente realizar toda otra acción o gestión destinada a los fines y objetivos propuestos, siendo los precedentes enunciados no limitativos del objetivo general de MERCOCIUDADES.

De la Sede

Art. 3° – La Sede de MERCOCIUDADES será la ciudad que esté ejerciendo la Presidencia de la entidad.



MERCOCIUDADES

De la Duración

Art. 4° – El período de duración de la entidad es por tiempo indeterminado.

De las Ciudades-miembro

Art. 5° – Pueden asociarse a MERCOCIUDADES todas las ciudades de los países pertenecientes al MERCOSUR y a la UNASUR cuyos gobiernos hayan sido electos democráticamente.

Párrafo único – Cláusula democrática: Los (las) Jefes de Gobiernos Locales o sus representantes, se comprometen a establecer que la plena vigencia de las instituciones democráticas es un presupuesto indispensable para la participación en el desarrollo de MERCOCIUDADES, previéndose que, para el caso de ruptura del orden institucional se realicen consultas entre los Gobiernos de las ciudades-miembro y la afectada, tendientes a lograr soluciones que restablezcan la situación acorde a derecho. En caso que las consultas sean infructuosas, las partes considerarán la aplicación de las medidas pertinentes.

De los Colaboradores

Art. 6° – Pueden participar en MERCOCIUDADES, como colaboradores, las demás instancias de los gobiernos sub-nacionales de los países pertenecientes al MERCOSUR y a la UNASUR que manifiesten su voluntad de hacerlo y cuyos gobiernos hayan sido electos democráticamente. La cooperación con Consorcios y Asociaciones de Municipios será realizada por medio de convenios.

Art. 7° – El conjunto de las ciudades-miembro y colaboradores constituirá red articulada de relacionamiento añadiendo potencia sinérgica en sus acciones.

Capítulo II

De las Instancias de la Red

Art. 8° – Son instancias de MERCOCIUDADES:

- I. Cumbre de Jefes de Gobierno;
- II. Consejo;
- III. Dirección Ejecutiva:
 - i. Presidencia;
 - ii. Vicepresidencias Temáticas;
 - iii. Comisión Directiva;
 - iv. Secretaría Ejecutiva.
- IV. Colegiado de Coordinadores de las Unidades Temáticas:
 - i. Unidades Temáticas.
- V. Secretaría Técnica Permanente.

Sección I – De la Cumbre de Jefes de Gobierno

Art. 9° – La Cumbre de Jefes de Gobierno es el órgano máximo de deliberación y alta dirección de la Red.

Art. 10° – La Cumbre de Jefes de Gobierno estará constituida por los (las) Jefes de Gobierno de las ciudades-miembro, electos (as) democráticamente.



MERCOCIUDADES

Párrafo único: Los (las) Jefes de Gobierno municipales podrán hacerse representar, por razones de fuerza mayor, por el (la) Vicejefe de Gobierno o por un (a) representante de primer nivel, debidamente designado (a).

Art. 11° – El (la) Jefe de Gobierno de la ciudad que estuviera ocupando la Presidencia de la Red presidirá las reuniones de la Cumbre de Jefes de Gobierno, debiendo ser auxiliado (a) por un (a) Vicepresidente (a) Temático (a) o por un (a) miembro de la Comisión Directiva de su libre elección.

Párrafo único: Si fuera necesario, el (la) Presidente (a) de la Red, además de su voto ordinario, tendrá voto de calidad.

Art. 12° – Son funciones privativas de la Cumbre de Jefes de Gobierno:

- I. Aprobar el presente Estatuto y aquellas eventuales propuestas de modificación;
- II. Elegir los integrantes del Consejo, la sede de la Presidencia, de las Vicepresidencias Temáticas y de las ciudades coordinadoras e integrantes de cada una de las Unidades Temáticas de la Red definidas para el periodo;
- III. Aprobar la política general y las estrategias de actuación de la Red definidos por la Dirección Ejecutiva, en concordancia con los fines consagrados en el presente Estatuto;
- IV. Aprobar el Reglamento Interno de la Red y las eventuales propuestas de alteraciones;
- V. Apreciar los recursos de decisiones de otros órganos de la Red;
- VI. Decidir acerca de la disolución de la Red, siguiendo los procedimientos establecidos en el presente Estatuto Social;
- VII. Apreciar la rendición de cuentas del Consejo, de la Dirección Ejecutiva y de las Unidades Temáticas;
- VIII. Actuar como segunda instancia de decisión y arbitraje de la Red;
- IX. Actuar como instancia de homologación de la Red;
- X. Resolver en los casos de omisión del presente Estatuto.

Art. 13° – La Cumbre de Jefes de Gobierno se reunirá ordinariamente por convocatoria de su Presidente (a) una vez al año, o extraordinariamente, por convocatoria de más del 50% (cincuenta por ciento) de las ciudades-miembro de la Red.

Párrafo primero: En las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno serán electos los (las) miembros del Consejo, los (las) titulares de la Dirección Ejecutiva, y los (las) titulares de las Unidades Temáticas de la Red.

Párrafo segundo: En las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno, el Consejo presentará informe de funcionamiento de la Red y de las actividades por ella promovidas.

Art. 14° – En la reunión anual de la Cumbre de Jefes de Gobierno habrá elección de la ciudad-miembro que presidirá y sedeará la Red MERCOCIUDADES, y de las ciudades-miembro que llevarán a cabo las Vicepresidencias Temáticas, entre las que se habilitaren para ello. Para la elección de la sede de la Presidencia, las ciudades que deseen aplicar, deben enviar, junto con la solicitud, un Proyecto de Trabajo firmado por el (la) alcalde (sa), intendente (a), prefeito (a), que estén disponibles para su revisión a todos los miembros del Consejo. La Secretaría Técnica Permanente y la Comisión Directiva son los organismos encargados de recibir y difundir todo el material sobre la aplicación y lo remitir al Consejo 3 (tres) meses antes de la Cumbre de Jefes de Gobierno.

Art. 15° – Las reuniones de la Cumbre de Jefes de Gobierno funcionarán con cualquier número de presentes y todas sus deliberaciones se adoptarán por el voto de la mayoría simple de los presentes, teniendo el (la) Presidente (a) voto de calidad.



MERCOCIUDADES

Sección II – Del Consejo

Art. 16° – El Consejo de MERCOCIUDADES es el órgano superior de administración y alta dirección de primera instancia de la Red.

Art. 17° – El Consejo estará compuesto por ocho ciudades-miembro de cada país miembro del MERCOSUR y la UNASUR, por la Comisión Directiva, por la Secretaría Ejecutiva y por la Secretaría Técnica Permanente.

Párrafo primero: Las ciudades miembros del Consejo, en razón de la cuota que corresponde a cada país, tendrán miembros suplentes en la misma proporción asignada en el inciso anterior.

Párrafo segundo: Los países que posean únicamente una ciudad en la Red, tendrán una sola representación en el Consejo.

Párrafo tercero: En las reuniones del Consejo de MERCOCIUDADES sólo tendrán derecho a voto las ciudades que sean representadas por su alcalde (sa), intendente (a), prefeito (a), o por quien los represente debidamente designado (a).

Art. 18° – Compete al Consejo de MERCOCIUDADES:

- I. Manifestarse en nombre de la Red sobre los asuntos de interés de la misma, en especial aquellos referentes a los procesos de integración regional;
- II. Definir y promover eventos que proyecten a la Red y que promuevan sus objetivos;
- III. Homologar actividades y proyectos definidos por la Dirección Ejecutiva;
- IV. Apreciar los pedidos de ingreso y exclusión de miembros de la Red;
- V. Recibir las candidaturas para la Presidencia y Vicepresidencias Temáticas, analizarlas y someterlas a la Cumbre de Jefes de Gobierno;
- VI. Aprobar el presupuesto de la Red;
- VII. Arbitrar conflictos en primera instancia;
- VIII. Supervisar la Dirección Ejecutiva.

Párrafo único: Las decisiones del Consejo se tomarán siempre por mayoría simple de sus miembros.

Art. 19° – El Consejo de la Red se reunirá ordinariamente cada 6 (seis) meses, por convocatoria de la Dirección Ejecutiva, o extraordinariamente, siempre que se crea necesario, por convocatoria de la misma o de más del 50% (cincuenta por ciento) de sus miembros.

Párrafo primero: Las reuniones del Consejo serán precedidas por la reunión de una Comisión Asesora compuesta por los (as) representantes de las ciudades miembros del Consejo, respectándose la misma proporción del Art. 17° del presente estatuto.

Párrafo segundo: Es responsabilidad de la Comisión Asesora la preparación de la reunión del Consejo, proponiendo temas que sean de su interés y competencia.

Sección III – De la Dirección Ejecutiva

Art. 20° – La Dirección Ejecutiva es un organismo de dirección de MERCOCIUDADES en los trabajos de coordinación de la Red.

Art. 21° – La Dirección Ejecutiva es ejercida por el (la) Presidente (a), por los (as) Vicepresidentes (as) Temáticos (as), por la Comisión Directiva y por el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a).



MERCOCIUDADES

Art. 22° – Compete a la Dirección Ejecutiva:

- I. Definir la política general y las estrategias de actuación de la Red y de las Unidades Temáticas;
- II. Ejercer las actividades inherentes a la gestión administrativa y financiera de la entidad;
- III. Coordinar el Colegiado de Coordinadores de las Unidades Temáticas;
- IV. Elaborar y ejecutar el presupuesto de la Red;
- V. Elaborar y ejecutar el Plan de Trabajo de su gestión.

i – De la Presidencia

Art. 23° – La Presidencia será responsable por convocar y presidir los trabajos del Consejo de la Red y de la Dirección Ejecutiva.

Art. 24° – Compete al (a la) Presidente (a):

- I. Representar oficialmente a MERCOCIUDADES, así como designar representante para tanto;
- II. Participar con derecho a voz y voto en las instancias deliberativas, teniendo el (la) Presidente (a) voto de calidad;
- III. Participar de los encuentros de entidades congéneres, pudiendo el (la) mismo (a) delegar tal atribución;
- IV. Designar el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a) de la Red, pudiendo delegar atribuciones inherentes al ejercicio de la función;
- V. Convocar y presidir reuniones preparatorias para las Reuniones del Consejo;
- VI. Representar activa y pasivamente la Red, judicial o extrajudicialmente, pudiendo asumir compromisos y firmar títulos de cualquier especie;
- VII. Delegar poderes para que los miembros de la Dirección Ejecutiva representen a la Red.

Párrafo primero: El (la) Jefe del Ejecutivo designado (a) como Presidente (a) podrá transferir para su municipio las actividades administrativas que entender pertinentes para el bueno y fiel cumplimiento de su mandato.

Párrafo segundo: El mandato de la Presidencia tendrá duración de 1 (un) año y debe coincidir con la realización de las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno, pudiendo haber reelección para el puesto una única vez.

ii – De las Vicepresidencias Temáticas

Art. 25° – Compete a los (las) Vicepresidentes (as) Temáticos (as):

- I. Participar, con derecho a voz y voto, de la Dirección Ejecutiva;
- II. Promover la Red junto a los gobiernos locales de la región;
- III. Auxiliar el (la) Presidente (a) en las actividades de la Red;
- IV. Coordinar y movilizar las ciudades-miembro de la Red, coordinadoras o integrantes de las Unidades Temáticas afines a su tema;
- V. Promover junto a las ciudades-miembro el tema del cual es responsable.

Párrafo único: El mandato de las Vicepresidencias Temáticas tendrá duración de 1 (un) año y debe coincidir con la realización de las reuniones ordinarias de la Cumbre de Jefes de Gobierno, pudiendo haber reelección para el puesto una única vez.

iii – De la Comisión Directiva

Art. 26° – La Comisión Directiva es un organismo de apoyo de la Dirección Ejecutiva de MERCOCIUDADES en los trabajos de coordinación de la Red.

Art. 27° – La Comisión Directiva estará conformada por la ciudad-miembro que esté ejerciendo la Presidencia, por la ciudad-miembro que ejerció la Presidencia en la gestión inmediatamente



MERCOCIUDADES

anterior y por la ciudad-miembro de ejercerá la Presidencia en la gestión inmediatamente posterior.

Párrafo único: Caso haya reelección de la ciudad-miembro que ejerce la Presidencia de la Red MERCOCIUDADES, la composición de la Comisión Directiva se mantiene sin cambios.

iv – De la Secretaría Ejecutiva

Art. 28° – La Secretaría Ejecutiva será ejercida por el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a).

Art. 29° – El (la) Secretario (a) Ejecutivo (a) será responsable por la gestión de la Red y por auxiliar sus trabajos, según orientación de la Dirección Ejecutiva.

Párrafo primero: Los recursos para el funcionamiento de la Secretaría Ejecutiva estarán a cargo de la ciudad-miembro que esté ejerciendo la Presidencia de la Red. Estos gastos pueden comprender, de manera no exhaustiva, los ítems a continuación:

1. Local de la sede;
2. Remuneración de personal;
3. Servicios diversos;
4. Material necesario al funcionamiento de la Secretaría Ejecutiva;
5. Diarias, pasajes aéreas y hospedajes.

Art. 30° – Compete al (a la) Secretario (a) Ejecutivo (a):

- I. Coordinar las actividades de la Red para la implementación de su agenda de discusiones y proposiciones;
- II. Auxiliar la Presidencia en las actividades de la Red;
- III. Conducir y supervisar las acciones de la Secretaría Técnica Permanente y de las Unidades Temáticas;
- IV. Elaborar y someter la planificación anual de la entidad a la aprobación del Consejo;
- V. Promover y acompañar las acciones de los (las) Vicepresidentes (as) Temáticos (as);
- VI. Elaborar y presentar en la Cumbre de Jefes de Gobierno los informes de funcionamiento y actividades de la Red durante su mandato;
- VII. Mantener las ciudades-miembro de la Red informadas de las iniciativas y actividades promocionadas por la misma.

Sección IV – Del Colegiado de Coordinadores de las Unidades Temáticas

Art. 31° – El Colegiado es formado por los (las) Coordinadores (as) de las Unidades Temáticas.

Art. 32° – Compete al Colegiado:

- I. Remitir a la Dirección Ejecutiva informe cuatrimestral de las actividades de las Unidades Temáticas;
- II. Presentar a la Dirección Ejecutiva propuestas a implantarse a corto, medio y largo plazo por las Unidades Temáticas.
- III. Coordinar las actividades de las Unidades Temáticas según orientación de la Dirección Ejecutiva, bajo supervisión del (de la) Secretario (a) Ejecutivo (a).

i – De las Unidades Temáticas

Art. 33° – Las Unidades Temáticas constituyen instancias responsables por el desarrollo de temas específicos de MERCOCIUDADES. Su sede será en una de las ciudades-miembro componentes de la Unidad Temática.

Art. 34° – Compete a las Unidades Temáticas:

- I. Formular y proponer, dentro de su área temática, políticas públicas comunes para que sean implantadas en el ámbito de la Red;



MERCOCIUDADES

- II. Formular y proponer, dentro de su área temática, indicadores comunes para que sean adoptados por las ciudades integrantes de la Red;
- III. Promover investigación y divulgación de experiencias y políticas públicas desarrolladas en las distintas ciudades del mundo;
- IV. Promover eventos de discusión acerca del tema de su responsabilidad buscando obtener propuestas que serán defendidas y difundidas por la Red;
- V. Promover misiones que permitan la comprensión de los procesos que llevan a políticas públicas exitosas y permitan su reproducción;
- VI. Preparar un Banco de Datos con las informaciones acerca del tema coordinado.

Sección V – De la Secretaría Técnica Permanente

Art. 35° – La Secretaría Técnica Permanente es un organismo asesor de la Dirección Ejecutiva.

Art. 36° – Compete a la Secretaría Técnica Permanente:

- I. Dar continuidad a la memoria institucional de la Red;
- II. Apoyar y asesorar el trabajo técnico y administrativo de la Secretaría Ejecutiva;
- III. Apoyar y asesorar el trabajo de los organismos del MERCOSUR y la UNASUR destinados a la participación de las ciudades;
- IV. Mantener archivados y difundir los documentos de la Red;
- V. Realizar el seguimiento del proceso de integración, procurando determinar los debates y decisiones de interés para las ciudades.

Del ingreso a la Red MERCOCIUDADES

Art. 37° – El requerimiento de solicitud de ingreso a la Red debe ser presentado, por escrito, al Consejo de MERCOCIUDADES, y se obtendrá la calidad de miembro o colaborador postulante con la aprobación de la Cumbre de Jefes de Gobierno.

Art. 38° – La solicitud por escrito deberá poseer un perfil de la ciudad e ir acompañado de documentación e información que describan sus características.

Párrafo único: Los documentos en español y portugués se considerarán igualmente oficiales y auténticos.

De los Derechos y Obligaciones de las ciudades-miembro y colaboradores

Art. 39° – Las ciudades-miembro de la Red tendrán los siguientes derechos:

- I. Integrar la Cumbre de Jefes de Gobierno;
- II. Votar y ser votado;
- III. Participar en las instancias estatutarias de la Red, y de aquellas que se creen en el futuro.

Art. 40° – Los colaboradores tendrán los siguientes derechos:

- I. Participar de la Cumbre de Jefes de Gobierno, sin derecho de votar o ser votado;
- II. Participar de las reuniones de las Unidades Temáticas y Grupos de Trabajo, sin derecho a coordinar los mismos.

Art. 41° – Son deberes de las ciudades-miembro y colaboradores de la Red:

- I. Cumplir y hacer cumplir las presentes disposiciones estatutarias;
- II. Velar por la observancia de los principios y objetivos de la Red;
- III. Participar en los eventos de la Red.

Párrafo único: La no observación o incumplimiento de los deberes descriptos más arriba, sufrirá penalidades que serán definidas por el Reglamento Interno de la Red.



MERCOCIUDADES

Art. 42° – Las ciudades-miembro de la Red no responderán, solidaria y ni subsidiariamente, por las obligaciones y compromisos asumidos por la misma.

Art. 43° – La cualidad de “ciudad-miembro” o “colaborador” de MERCOCIUDADES puede cesar por decisión de la Cumbre de Jefes de Gobierno, cuando esos no cumplieren con sus obligaciones estatutarias.

Del Patrimonio

Art. 44° – El patrimonio de la Red estará constituido por las cuotas anuales pagas por las ciudades-miembro y por los colaboradores, por la renta proveniente de sus actividades y por otras contribuciones realizadas por entidades públicas y privadas, nacionales e internacionales, interesadas en el desarrollo de la entidad.

Párrafo primero: Para la contribución de cada ciudad-miembro o colaborador en la composición del patrimonio de la Red serán observadas las disposiciones legales a que están sujetos.

Párrafo segundo: La contribución anual de cada ciudad-miembro de la Red será proporcional a su tamaño poblacional, siendo reconocidas al menos 6 (seis) categorías según la cantidad de habitantes:

1. Ciudades de menos de 100.000 habitantes;
2. Ciudades de 100.000 a 499.999 habitantes;
3. Ciudades de 500.000 a 999.999 habitantes;
4. Ciudades de 1.000.000 a 1.999.999 habitantes;
5. Ciudades de 2.000.000 a 2.999.999 habitantes;
6. Ciudades de 3.000.000 o más habitantes.

Párrafo tercero: Los gobiernos estatales/provinciales colaboradores deberán contribuir de acuerdo con las mismas categorías establecidas para las ciudades-miembro en los términos del párrafo anterior y del Art. 2° del REGLAMENTO INTERNO DE MERCOCIUDADES.

Párrafo cuarto: Las ciudades de la Red que no estén al día en sus cuotas no podrán ejercer funciones de Coordinación de Unidades Temáticas, Consejo, Presidencia y Vicepresidencia Temática.

Art. 45° – Los gastos de funcionamiento de la Red serán cubiertos por los recursos provenientes del patrimonio de la Red.

Capítulo III

De las Disposiciones Generales

Art. 46° – Son aplicables a las situaciones no previstas en el presente Estatuto las resoluciones determinadas por los órganos competentes de la Red.

Art. 47° – El Estatuto de MERCOCIUDADES deberá pasar por proceso de revisión a cada 5 (cinco) años y de reforma a cada 10 (diez) años.



MERCOCIUDADES

REGLAMIENTO INTERNO DE MERCOCIUDADES

El presente cuerpo normativo reglamenta el funcionamiento de la Red de MERCOCIUDADES y se basa en el Estatuto Social de la Red aprobado en la XX Cumbre de Jefes de Gobierno en la ciudad de São Paulo en noviembre del 2015 y sus posteriores cambios.

Art. 1° – El patrimonio de la entidad estará constituido por las cuotas anuales pagas por las ciudades-miembro, por los colaboradores, por la renta proveniente de sus actividades y por otras contribuciones realizadas por instituciones públicas y privadas, nacionales e internacionales, interesadas en el desarrollo de MERCOCIUDADES.

Párrafo único: Para la contribución de cada ciudad-miembro en la composición del patrimonio de la Red, estará sujeto a las leyes que gobiernan las municipalidades y el siguiente procedimiento:

Art. 2° – Se fija una contribución anual en función del tamaño poblacional de las ciudades:

- a) Ciudades de menos de 100.000 habitantes: US\$ 500;
- b) Ciudades de 100.000 a 499.999 habitantes: US\$ 2.000;
- c) Ciudades de 500.000 a 999.999 habitantes: US\$ 3.000;
- d) Ciudades de 1.000.000 a 1.999.999 habitantes: US\$ 4.000;
- e) Ciudades de 2.000.000 a 2.999.999 habitantes: US\$ 5.000;
- f) Ciudades de 3.000.000 y más habitantes: US\$ 6.000.

Art. 3° – Como excepción cada miembro podrá por una única vez no efectuar la contribución anual, debiendo obtener el consentimiento de la Dirección Ejecutiva.

Sanciones

Art. 4° – Aquellas ciudades que no cumplieron con sus deberes, con el pago de su contribución anual y con las disposiciones de acuerdo a lo estipulado en el presente reglamento y en los Estatutos Sociales de la Red, serán pasibles de las siguientes sanciones:

- a) Observación por escrito de la Dirección Ejecutiva solicitando regularizar la situación por la cual está omisa;
- b) Pierda del derecho al voto en la Cumbre de Jefes de Gobierno;
- c) Pierda del derecho de coordinar Unidad Temática, integrar el Consejo y la Dirección Ejecutiva, hasta que se regularice su situación;
- d) Será considerada como una ciudad-miembro que no cumple con sus obligaciones estatutarias y será sujeta a lo que se resuelva la Cumbre de Jefes de Gobierno atendiendo a las recomendaciones del Consejo según dispuesto en el Estatuto, no siendo requisito indispensable para que la Cumbre resuelva como proceder.

Se considerando con una escala ascendente las descritas en las letras a, b, c y d, dependiendo de la gravedad de la situación.

Aplicaciones especiales

Art. 5° –

- 1. La omisión del pago de la contribución anual generará la aplicación de las sanciones a y b;
- 2. La omisión del pago de la contribución anual por 2 (dos) años consecutivamente o 3 (tres) años alternados generará la aplicación de las sanciones a, b y c;



MERCOCIUDADES

3. La omisión del pago de la contribución anual por 3 (tres) años consecutivamente generará la aplicación de las sanciones a, b, c y d.

Art. 6° – Las sanciones descritas anteriormente serán aplicadas de acuerdo a los siguientes procedimientos:

1. Las sanciones a y b serán aplicadas, registradas y supervisadas por la Secretaría Ejecutiva;
2. Las sanciones c y d serán aprobadas por la Cumbre de Jefes de Gobierno, supervisadas, registradas y controladas por la Secretaría Ejecutiva de la Red con auxilio de la Comisión Directiva.

Art. 7° – Cualquier otra irregularidad no contemplada conforme establecido en el Estatuto Social y en el REGLAMENTO INTERNO será decidida por la Cumbre de Jefes de Gobierno.

Párrafo único – Quedan los colaboradores pasibles de someterse a las mismas sanciones que las ciudades-miembro.

Administración de los recursos de la Red

Art. 8° – La Dirección Ejecutiva, asesorada por el (la) Secretario (a) Ejecutivo (a), será la encargada de la administración de los recursos de la Red y de observar los gastos que se realicen atendiendo a los criterios de austeridad, transparencia y en concordancia con los fines fundacionales de MERCOCIUDADES.

Art. 9° – La Dirección Ejecutiva será la encargada de fijar los porcentajes de los recursos que se destinarán por rubrica en consulta con el Consejo.

Destino de los Recursos

Art. 10° – Los recursos provenientes de las cuotas anuales de las ciudades-miembro y de los colaboradores serán destinados a costear la edición de la Revista "Diálogo" (publicación oficial de la Dirección Ejecutiva) de difusión de las actividades de la Red, el premio de Ciencia y Tecnología, actividades de difusión de la Red, publicaciones de los trabajos de las Unidades Temáticas y toda actividad que añade esfuerzos para el mejor desempeño de la Red y que contribuya a lograr los fines establecidos en los Estatutos Sociales.

Art. 11° – La Dirección Ejecutiva puede autorizar otras instancias de la Red a utilizar sus recursos, así como efectuar transferencia de recursos a las mismas siendo, en última instancia, la responsable de los mismos.

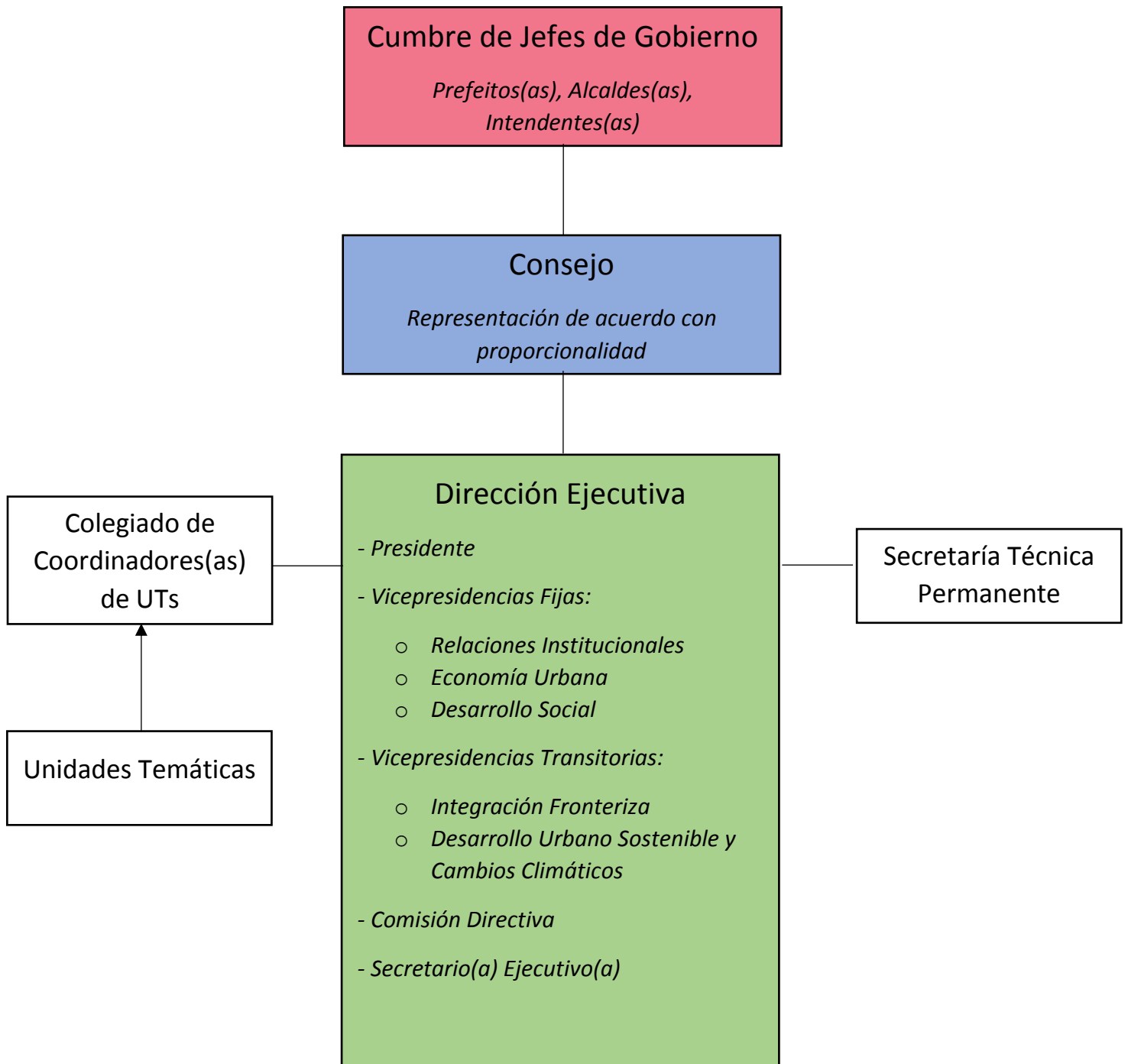
Rendición de Cuentas

Art. 12° – La Dirección Ejecutiva será responsable de realizar la rendición de cuentas de su actuación durante su mandato, la que será presentada a consideración de la Cumbre de Jefes de Gobierno con la documentación correspondiente respaldando los gastos rendidos en dicha gestión.



MERCOCIUDADES

ORGANIGRAMA MERCOCIUDADES



Unidad Temática de Ambiente y Desarrollo Sostenible	
Coordinación	Santa Fe (ARG)
Subcoordinación	Canelones (URU)
	Córdoba (ARG)
	Esteban Echeverría (ARG)

Unidad Temática de Autonomía, Gestión y Participación Ciudadana	
Coordinación	Porto Alegre (BRA)
Subcoordinación	Contagem (BRA)
	Córdoba (ARG)
	Lo Prado (CHI)

Unidad Temática de Ciencia, Tecnología y Capacitación	
Coordinación	Montevideo (URU)
Subcoordinación	Córdoba (ARG)
	Lo Prado (CHI)
	Tandil (ARG)

Unidad Temática de Cooperación Internacional	
Coordinación	Comisión Directiva + STPM
Subcoordinación	Lavalleja (URU)
	Porto Alegre (BRA)

Unidad Temática de Cultura	
Coordinación	Ciudad de Buenos Aires (ARG)
Subcoordinación	San Juan (ARG)
	Valparaíso (CHI)

Grupo de Trabajo en Cultura del Deporte, la Actividad Física y la Recreación	
Coordinación	Parcona (PER)
Subcoordinación	Porto Alegre (BRA)
	Valparaíso (CHI)

Unidad Temática de Desarrollo Económico Local	
Coordinación	Canelones (URU)
Subcoordinación	Pergamino (ARG)
	Valparaíso (CHI)
	Jaboatão dos Guararapes (BRA)

Comisión de Economía Social y Solidaria	
Coordinación	Osasco (BRA)
Subcoordinación	Canelones (URU)
	Jaboatão dos Guararapes (BRA)

Comisión de Fomento de Negocios	
Coordinación	Pergamino (ARG)
Subcoordinación	Osasco (BRA)
	Santa Fe (ARG)
	Valparaíso (CHI)

Unidad Temática de Desarrollo Social	
Coordinación	Esteban Echeverría (ARG)
Subcoordinación	Canelones (URU)
	Lo Prado (CHI)

Comisión de Derechos Humanos	
Coordinación	São Paulo (BRA)
Subcoordinación	Avellaneda BA (ARG)
	Montevideo (URU)

Grupo de Discapacidad e Inclusión	
Coordinación	São Paulo (BRA)
Subcoordinación	Guarulhos (BRA)
	Montevideo (URU)
	Porto Alegre (BRA)
	Villa Carlos Paz (ARG)

Unidad Temática de Desarrollo Urbano	
Coordinación	Zárate (ARG)
Subcoordinación	Belo Horizonte (BRA)
	Canelones (URU)
	Esteban Echeverría (ARG)
	Osasco (BRA)

Unidad Temática de Educación	
Coordinación	Córdoba (ARG)
Subcoordinación	Río Tercero (ARG)
	Santa Fe (ARG)
	São Paulo (BRA)

Unidad Temática de Género y Municipio	
Coordinación	Montevideo (URU)
Subcoordinación	Zárate (ARG)

Grupo de Comunicación	
Coordinación	Comisión Directiva + STPM

Unidad Temática de Integración Fronteriza	
Coordinación	Porto Alegre (BRA)
Subcoordinación	Bagé (BRA)

Unidad Temática de Juventudes	
Coordinación	São Paulo (BRA)
Subcoordinación	Avellaneda BA (ARG)
	Porto Alegre (BRA)
	Rio Claro (BRA)

Unidad Temática de Planificación Estratégica y Áreas Metropolitanas	
Coordinación	Canoas (BRA)
Subcoordinación	Canelones (URU)
	El Bosque (CHI)
	Esteban Echeverría (ARG)
	Lo Prado (CHI)
	São Paulo (BRA)

Unidad Temática de Seguridad Ciudadana	
Coordinación	Tandil (ARG)
Subcoordinación	Lo Prado (CHI)
	Porto Alegre (BRA)

Unidad Temática de Turismo	
Coordinación	Córdoba (ARG)
Subcoordinación	Ciudad de Buenos Aires (ARG)
	Lavalleja (URU)
	Porto Alegre (BRA)
	Tandil (ARG)

DECLARAÇÃO DE SÃO PAULO

A gravidade dos problemas que acometem a vida urbana no século XXI, a responsabilidade desta Rede em atuar estrategicamente diante de outros movimentos engajados no debate sobre estes problemas e o próprio objeto central de atuação da Rede – a promoção da integração regional – exigem sua atualização programática.

As cidades sul-americanas são cenários de migrações, voluntárias ou por necessidade, de epidemias decorrentes das poluições ambientais e de catástrofes naturais como enchentes e secas, dentre outros problemas que constituem grandes desafios para governantes preocupados com o futuro da humanidade. Em nosso continente, esses problemas decorrem tanto de processos históricos de desigualdades quanto das mudanças climáticas que atualmente atingem todo o planeta.

As cidades que governamos e habitamos não são as mesmas de 20 anos atrás. Elas cresceram e se complexificaram. Além disso, as cidades são hoje protagonistas no cenário internacional nos mais diversos aspectos. Elas têm uma posição privilegiada não só na possibilidade de mitigação dos problemas que nelas manifestam de maneira direta, mas também na oferta de soluções para desafios tanto urbanos quanto civilizatórios para o futuro da humanidade.

Nossa **integração**, por meio da Rede Mercociudades, potencializa a capacidade de governarmos essas cidades complexas, ao mesmo tempo em que nos vincula em nossas ações diante dos desafios comuns. Estes são de grande magnitude: as desigualdades socioeconômicas e socioespaciais, a fruição do ambiente urbano, as migrações, as epidemias e as catástrofes, o risco de esgotamento dos serviços ambientais, a violência e o risco à coesão social, entre tantos outros.



Ainda que certas áreas de políticas sejam atribuições formais dos Estados-Nação, nossas cidades podem e devem atuar sobre agendas que serão centrais para a COP-21, o Habitat III e a Agenda 2030, tais quais o meio ambiente, o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento urbano. Devemos nos aproveitar de nossa associação em Rede para juntos construirmos formas das cidades agirem sobre essas questões, não apenas de forma reativa, mas também propositiva.

Sabemos que não podemos perder de vista o fato de nossas cidades terem escalas diferentes e contextos político-institucionais variados. Isso, no entanto, não deve ser impedimento para pensarmos e agirmos de maneira conjunta e articulada. Temos de colocar claramente nossos desafios em debate e construir consensos sobre quais são comuns a todos. Somente assim poderemos construir pactos para superá-los.

Atuar em torno de desafios comuns promoverá, a um só tempo, cidades melhores e uma integração regional mais sólida.

Historicamente, o Mercosul promoveu integração política e econômica em nossa região por meio de nossos Estados-Nação. Nossas cidades são capazes de promover a integração social no continente, sendo nossa Rede o ambiente institucional propício para tal empreitada. A questão das populações migrantes em nossos centros urbanos é central nesse sentido.

Alguns de nós, entre eles Mónica Fein e Fernando Haddad, atores da transmissão da liderança da Rede na presente ocasião, além de outros prefeitos que governam cidades membro de Mercociudades, assinamos, em julho deste ano, a convite do Papa Francisco, o compromisso de proteger migrantes de situações de trabalho e prostituição forçados.



Podemos e devemos atuar igualmente para promover e ordenar, no território urbano, políticas de geração de trabalho e renda, educação, ocupação do espaço público, reaproveitamento de resíduos, proteção ao ambiente e aos serviços ambientais, entre outras. Devemos construir, em nossas Cidades, uma governança do território que promova a integração entre as políticas setoriais, e não sua fragmentação, pois a chamada “nova agenda urbana” não prosperará se não formos capazes de abordar a cidade em sua complexidade.

Entendemos a “nova agenda urbana” como promoção da tolerância à diversidade populacional, mitigação e reversão de impactos ambientais dadas as matrizes energéticas não-renováveis, ocupação do espaço público e a localização de moradias não-segregadas em face da atuação dos mercados imobiliário e automobilístico. Uma agenda urbana que seja de fato nova exige do Estado a condução de processos pactuados entre todos os atores da cidade para a superação das desigualdades que ameaçam a coesão social. Essas são tarefas eminentemente políticas. A maioria da tecnologia necessária já está disponível.

Desde o mês de abril, algumas cidades do continente produziram recomendações consensuadas sobre formas de atuar rumo à nova agenda urbana:

- Assumir a questão ambiental não como questão adjacente - ela subjaz às outras questões urbanas;
- Gerir e preservar as fontes, nascentes e reservatórios de água;
- Ter como premissa a vinculação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento urbano, liderando a estruturação de cadeias produtivas no território;
- Incorporar modelos de desenvolvimento alternativos, como a economia social e solidária;
- Atuar afirmativamente sobre as dimensões de gênero, raça e de pessoas com deficiência na questão do emprego;



- Promover a dimensão coletiva do espaço público nas políticas integradas para o sistema de mobilidade urbana e nos espaços verdes e de lazer, incorporando as dimensões de gênero, raça e das pessoas com deficiência;
- Refletir sobre a representação política e a dificuldade de absorção, por parte da/o cidadã/o, munícipe, consumidor/a, dos consensos a respeito do desenvolvimento sustentável.

Para pensarmos estrategicamente as cidades, devemos retomar as categorias estratégicas, isto é, escalas e geopolítica:

- Escalas: cidade e seus diversos significados e dimensões, indo do local, ao nível dos bairros, ao global, e seu papel no mundo. Sem negligenciar a condição de conurbação e de metrópole;
- Geopolítica: interpretar políticas/disputas em relação ao espaço/território, de modo a agir de forma estratégica. Superar o estágio de experimentalismos e buscar políticas de Estado efetivas e perenes.

Para intercâmbios sobre a gestão de nossas cidades nos termos da nova agenda urbana devemos contar com nossos organismos multilaterais regionais, em especial a CEPAL, a Unasul e o Mercosul. Esse conjunto de atores podem inclusive auxiliar na construção de um selo Mercociudades, dado àqueles que participam de maneira ativa à elaboração e à implantação de políticas públicas construídas no seio da Rede.

Finalmente, a reafirmação dos vínculos entre Mercociudades e UCCI nos 20 anos da Rede confirma a vigência do fortalecimento das cidades organizadas em redes proativas, comprometidas com seus cidadãos.

São Paulo, 14 de novembro de 2015